

## **ATA Nº 45/2017 DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia vinte e quatro do mês de agosto de 2017, nas salas 06 e 07 do 2º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito referente à ocupação Vila da Conquista – bairro Havaí, localizada em Belo Horizonte-MG.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes.

Sueli Lisboa, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Social – Sedpac, apresenta o relatório de cadastramento. Foram cadastradas 49 famílias (167 pessoas residem na ocupação).

Élcio Pacheco, advogado da ocupação, informa que até o momento o processo corre em segredo de justiça – respondendo o questionamento do Secretário Executivo, Lucas de Oliveira. Fala que no próprio cartório não tem a delimitação correta da área. Confirma que o relatório feito pela Sedpac está de acordo com a realidade. Sugere que o Estado

faça uma conversa com o Juiz Ricardo Vêras informando os apontamentos do relatório e sobre a propriedade da área que hoje é duvidosa, pois a ventosa nunca foi regularizada.

Major Paulo Afonso Madureira, da Polícia Militar, informa que terá uma reunião no Comando da Polícia Militar para planejamento da operação. Pergunta se todos os argumentos foram apresentados no processo, pois isso poderia ser utilizado para um possível pedido de suspensão.

Élcio Pacheco informa que está aguardando uma documentação, inclusive uma certidão do cartório para entrar com um agravo.

Lucas de Oliveira sugere que envie documentação ao Ministério Público para que ele possa intervir com relação ao ano letivo dos alunos. Fala que gostaria de fazer uma visita na área na segunda-feira (28/08). Convida a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel e Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG. Quer construir uma abertura com o juiz no sentido de encaminhar o conflito para o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CJUS.

Frei Gilvander, da Comissão Pastoral da Terra, solicita a contribuição da Urbel e sugere que o geólogo possa falar tecnicamente sobre o assunto.

Tales Oliveira, da Urbel, informa que o órgão elabora relatório técnico, que não pode ser mudado. Trata-se de uma área de risco. Fala que as tentativas de melhorias feitas pelos ocupantes não são suficientes para conter os riscos que os moradores estão expostos. Aponta que há engenharia suficiente para resolver os problemas da área.

Saulo Fonseca, da Urbel, concorda que o local é oriundo de um “bota-fora”. Explica que como não há definição sobre a propriedade da área, a Urbel não pode atuar.

Lucas de Oliveira sugere levar a Defesa Civil na agenda de segunda-feira.

Carlos S., geólogo, resume que a realidade não condiz com as informações da Urbel. Fala que grande parte do material já foi removida pela ocupação e a outra parte do aterro foi adensada.

Lucas de Oliveira informa que solicitará à Secretaria de Desenvolvimento Agrário para que seja feito o levantamento da área – respondendo ao questionamento do Élcio Pacheco. Solicita que a Sedpac faça uma lista dos estudantes presentes na ocupação para apresentar ao Ministério Público.

Rúbia Oliveira, da ALMG, informa que está providenciando um ofício sobre os direitos humanos que devem ser respeitados.

Frei Gilvander solicita ao Major Madureira para que a reunião no Comando da Polícia Militar seja suspensa.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

- Caberá a Mesa de Diálogo:
  - Visitar a área e fazer um contato com a Defesa Civil para que o órgão acompanhe a agenda do dia (28/08) na Ocupação Vila da Conquista
  - Fazer contato com o Juiz Ricardo Vêras e levar os apontamentos das reuniões feitas com a ocupação e a lista dos estudantes em ano letivo
  - Enviar a todos a resposta do proprietário da área sobre a proposta apresentada na reunião anterior
  - Solicitar à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – Seda para que seja feito o levantamento da área
- A Sedpac enviará uma lista dos estudantes presentes na ocupação para apresentar ao Ministério Público.